COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 7.785, de 2014

Dispõe sobre a comercialização, em todo o território nacional, do produto denominado spray de pimenta, gás de pimenta ou gás OC (Oleoresina Capsicum), como equipamento não letal destinado à defesa pessoal.

Autor: Deputado Onyx Lorenzoni
Relator: Wilson Filho

VOTO EM SEPARADO

(Da Srª Deputada Eliziane Gama)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 7.785, de 2014, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, que visa regular a comercialização e o uso do spray de pimenta como equipamento não letal destinado à defesa pessoal.

O autor elenca como justificativa para a apresentar o projeto os seguintes elementos, também destacados pelo relator da matéria nesta Comissão: a) o fato de esse tipo de artefato defensivo já ser de uso permitido, regulado e comum por cidadãos em vários países do mundo; b) seu uso no Brasil já é comum, mas não está regulado em lei nacional; c) em função do estado crônico da segurança pública vivido no País nos últimos anos.

A matéria foi distribuída para análise, além desta, para as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Com base no Regimento, a Mesa Diretoria definiu que a proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, com regime ordinário de tramitação.

A matéria já concluiu sua tramitação na CDEIC, onde foi aprovada com substitutivo. Entre as alterações naquele colegiado estão o controle por parte do Estado sobre os adquirentes do spray de pimenta; transferência das secretárias

de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal para o Exército Brasileiro a responsabilidade pela autorização de venda e fiscalização dos estabelecimentos que comercializem o spray de pimenta, aos moldes do que já ocorre com outros produtos controlados; aumento da responsabilidade dos estabelecimentos comerciais que queiram vender o produto no que tange ao fornecimento de informações aos consumidores; e exclusão da exigência de comprovação de ocupação lícita por parte dos possíveis adquirentes, por entender que tal medida poderia dificultar que donas de casa e desempregados tenham acesso a esse ao gás de pimenta.

No dia 5 de abril de 2017, a CSPCCO discutiu a matéria, quando pedimos vista do Projeto de Lei. É o relatório.

II - VOTO

Sem rodeio, reafirmamos que a comercialização do gás de pimenta como equipamento destinado à defesa pessoal teria o efeito contrário do pretendido, dessa forma, não pode ser aprovado por este colegiado por vários fatores que agora relataremos.

A Convenção de Armas Químicas, que é um acordo internacional sobre controle de armas, proíbe a produção, o armazenamento e o uso de armas químicas, incluindo o gás de pimenta, um produto que quando lançado atinge o sistema nervoso de forma imediata, o que provoca lacrimejamento, irritação e o fechamento das vias aéreas, levando também ao bloqueio dos brônquios. O efeito mais perigoso do gás é a redução da frequência cardíaca, causando a perda da consciência. São por esses motivos que a Convenção proíbe o uso dessa arma em guerras. No Brasil, o gás de pimenta está sob forte controle, por isso que está sob tutela do Exército e somente as forças públicas de segurança têm autorização para usá-lo.

Ainda que nos Estados Unidos alguns estados liberem seu uso, vários países fazem objeção ao gás de pimenta, como Canadá e no Reino Unido, onde esse gás está classificado como arma ofensiva e a venda e posse de spray de gás pimenta é ilegal. Apesar de ser de baixa periculosidade quando usado por agentes preparados para isso, nos Estados Unidos a entidade União das Liberdades Civas Americanas documentou 40 mortes pelo uso de sprays de gás pimenta.

Como sabemos, o uso desse gás no Brasil por parte de civis é proibido, há dois anos o programa Fantástico apresentou uma reportagem na qual fortalecem duas convicções, a primeira podemos melhor entender porque vários países proíbem para uso comum o spray de pimenta; a outra é que de fato o Brasil deve manter de uso restrito às forças públicas de segurança.

No Piauí, relata a matéria, durante um assalto, uma jovem de 21 anos reagiu a um assalto aplicando borrifadas de gás de pimenta no assaltante, imediatamente ele dar uma coronhada na jovem faz duas tentativas de disparos de revólver contra a jovem, por um milagre a jovem não foi morta, e não foi porque a arma tinha apenas duas balas. Para o Militar que trabalhou no caso, se houvesse uma terceira tentativa de tiro, fatalmente a jovem estaria morta, pois a “A arma não falhou. Quem falhou foi o agressor. Como ele só tinha dois cartuchos e colocou na posição errada, era necessário que ele imprimisse pelo menos três vezes o gatilho, para que houvesse a deflagração”. Não é exagero dizer, como publicou a imprensa, que a jovem sobreviveu a uma roleta russa.

O que Polícia Militar recomenda em situações como essa, e vale para que qualquer situação em que a vítima esteja sob a mira uma arma, é que não reaja, pois na larga maioria das vezes quem leva a pior é a vítima do roubo ou assalto. A sorte dessa essa moça no Piauí não ocorre com frequência, é por isso que a mãe, traumatizada com o que aconteceu disse: “Ela nasceu novamente. Deus deu outra chance para mim e para ela, me deu a chance de ser mãe novamente, de continuar sendo mãe”. Já a jovem, arrependida, afirmou que “não faria. Sei que foi muito arriscado”, disse ela.

Para concluir, cito um estudo de Instituto Sou da Paz sobre como as armas vão parar nas mãos dos bandidos. As armas, diz o estudo, migram da legalidade para a ilegalidade por meio de desvios e perdas, incluindo roubos, feitos em empresas de segurança privada. Segundo esse estudo situação faz com que as empresas de segurança privada forneçam mais armas para o crime que o Paraguai e a Bolívia juntos. Cito o estudo para fazermos uma reflexão, se mesmo que com os rigores da lei temos essa situação, o que dizer de uma possível legalização do gás de pimenta com critérios frouxos. Eu não tenho dúvida que estaremos é entregando mais uma arma para os bandidos usarem contra o cidadão de bem.

Dessa forma, por tudo que foi explanado, peço a rejeição do Projeto de Lei nº 7.785, de 2014.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2017.

DEPUTADA ELIZIANE GAMA